



## MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO TRIÂNGULO MINEIRO (1965-1995): ENTRE A VALORIZAÇÃO E A ARMADILHA DO CAPITAL FICTÍCIO.<sup>1</sup>

Abimael Carvalho da Rocha<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo investiga o processo de modernização agrícola no Triângulo Mineiro, com destaque para o município de Uberlândia, no período de 1965-1995, não enquanto um projeto de desenvolvimento regional, mas uma estratégia de compensação da crise de produção de valor. O problema é investigar como essa expansão da modernização agrícola, estruturada a partir de financiamento rural e políticas públicas, se relaciona com o movimento geral de acumulação do capital e se coloca na relação centro-periferia. O objetivo é compreender, sob a ótica da crítica da economia política, as determinações dessa modernização e seus efeitos sobre a estrutura agrária, seus desdobramentos e dinâmica espacial. A metodologia envolveu análise documental (Leis, decretos, diretrizes do SNCR, POLOCENTRO, PRODECER, PNFCA e outros programas estatais), revisão da bibliografia especializada e tratamento de dados censitários do IBGE (1970, 1980, 1995/96; Censos agropecuários de 1975 e 1985), com separação por recorte espacial e temporal, cálculo de variações históricas e comparação de indicadores de área, produtividade e estrutura fundiária. Os resultados demonstram ampliação da produção de *commodities*, dependência crescente de financiamento, aumento da composição orgânica do capita no campo, concentração fundiária e êxodo rural. Conclui-se que a modernização agrícola consolidou, em busca da compensação da crise, uma forma de reprodução crítica do capital, aprofundando as contradições da acumulação e não promovendo o desenvolvimento regional.

**PALAVRAS-CHAVE:** relação centro-periferia; reprodução crítica do capital; financiamento rural; capital fictício; agroindustrialização.

### 1. Introdução

Entre 1965 e 1995, o Triângulo Mineiro passou por um processo de modernização agrícola induzido pelo Estado, que transformou Uberlândia em um polo agroindustrial, articulado ao crédito rural e à crise de valorização do capital nos países centrais.

O problema que orienta esse artigo é compreender de que modo essa modernização agrícola expressa as estratégias de compensação da crise de valorização de capitais ociosos no centro do

---

<sup>1</sup> A Participação no evento XI Simpósio Internacional de Geografia Agrária foi fomentada com recursos Proex/Capes, ano de 2005. O Trabalho apresentado é resultante de parte da pesquisa de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do DG/ FFLCH/USP, sob a orientação do Prof. Dr. Anselmo Alfredo.

<sup>2</sup> Discente do curso de doutorado do Programa de pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Contato: [abimaelgeografia@gmail.com](mailto:abimaelgeografia@gmail.com).



capitalismo, evidenciando, criticamente, a relação com o financiamento e a financeirização desse espaço agrário, seus impactos e contradições na periferia dessa forma social.

Essa crise de produção de valor apresentou-se como “[...] aumento das dificuldades de acumulação interna, após 1965 [...]” (Brunhoff, 1998, p.49), “[...] queda da produção e da demanda internas dos países golpeados por uma recessão (por exemplo, dos Estados Unidos em 1960, do Japão em 1965 ou da Alemanha em 1966/67) [...]” (Mandel, 1990, p. 10).

As políticas públicas executadas por meio de programas específicos, no contexto da expansão crítica do capital, promoveram

[...] todos os traços desse complexo processo de transformação na agricultura contemporânea – a crescente produtividade do trabalho; a penetração do grande capital; os empreendimentos de larga escala; a divisão acelerada do trabalho – [que] podem ser sintetizados sob a rubrica de industrialização crescente da agricultura” (Mandel, 1982, p.266).

Essas políticas materializaram as estratégias de compensações do capital em crise nos países centrais, acelerando a industrialização da agricultura na região e disseminando seus efeitos. O capital ao não alcançar as taxas médias de lucro no centro do sistema, buscou, ilusoriamente na agroindústria da periferia mecanismos de compensação (Alfredo, 2013).

Nesse contexto, três fenômenos articulados se intensificaram: a concentração fundiária, expressão da monopolização da terra e do acesso ao crédito; o êxodo rural<sup>3</sup>, resultante não apenas da mecanização, mas de reestruturação produtiva baseada no uso de insumos industriais e na subsunção do trabalho ao capital, com consolidação do trabalho sazonal; e novas configurações no espaço agrário, com substituição de cultivos tradicionais por *commodities*, como soja<sup>4</sup>, algodão e amendoim, acompanhadas de transformações na infraestrutura: expansão da rede de transporte, comunicação, armazéns e de comércios ligados à agricultura, subordinando esse espaço à lógica de exportações (Pessôa, 1982).

O resultado foi um modelo dependente de crédito, socialização de riscos e volatilidade do mercado de *commodities*. O processo, ao deslocar a produção do capital para formas fictícias aprofunda sua crise acirrando desigualdades sociais. Parte-se da hipótese de que a modernização agrícola não constituiu um projeto de desenvolvimento regional, mas uma forma de busca compensatória frente à crise de valorização.

---

3 A população rural representava 36,6% da população total do município em 1950, e passou para 3,8% em 1980 (Pessôa, 1982).

4 Com a soja ocupando grandes extensões de terra.



Assim, instaura-se nesse espaço, a partir de 1965, o processo que levará à reprodução crítica do capital, não mais ancorado na produção do valor com substância no trabalho abstrato, então na reprodução do capital em sua forma fictícia. Essa é uma forma de acumulação em que o dinheiro parece se valorizar a partir de si, desdobramento do capital portador de juros, aparece como capacidade do equivalente geral se autovalorizar, sem que tenha sido empregado diretamente na produção de mercadorias, colocando o valor de uso do dinheiro como sendo capital, dinheiro enquanto mercadoria. O capital fictício é o desdobramento do fetiche da mercadoria, do dinheiro, em fetiche do capital, fonte de crises, pois cria o deslocamento entre a acumulação financeira e a produção de valor (Pitta, 2016). Destarte, o processo se inicia com financiamentos, década de 1960, e culmina com a financeirização, década de 1990.

A estrutura do artigo tem a seguinte ordenação: após esta introdução será apresentada a metodologia, com seus materiais e processos, depois uma seção sobre a crise de valorização e sua ligação com o espaço de estudos, na sequência temos uma breve descrição da modernização agrícola, seus desdobramentos e contradições, após essa contextualização, apresentar-se-á os resultados alcançados pela pesquisa. Depois apresento as considerações conclusivas a partir das reflexões advindas do estudo desse processo de alteração da forma produtiva no Triângulo Mineiro e no município de Uberlândia. Por fim temos as referências bibliográficas.

## **2. Metodologia**

Análise, por meio da leitura crítica, de documentos institucionais, como a Lei nº 4.829 de 1965 que cria o SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural, Decreto nº 75.320, de 29 de janeiro de 1975 que institui o POLOCENTRO, Circular nº 259 do Banco Central do Brasil, que regulamenta o PRODECER, Documento 292 da Embrapa que trata da política de crédito rural brasileira. Esses documentos demonstram como foram criados e os objetivos dos programas que efetivaram a modernização agrícola nesse espaço de estudos, a forma e fonte dos recursos. Também foi realizada uma revisão bibliográfica, das quais destacamos a dissertação de Pessoa (1982) que trata da modernização agrícola nesse espaço, a dissertação e tese de Alves (2000 e 2006) que analisou a modernização agrícola sobre o cerrado, a tese de Cleps Junior (1998) sobre a agroindustrialização de Uberlândia, o artigo de Salim (1986) que traz a contribuição sobre a tecnologia e as políticas econômicas dessa modernização, o livro (2013) e artigo de Alfredo (2025) que trata da economia política de desenvolvimento e sobre a relação centro periferia. Também foi apreciado os dados



censitários do IBGE, Censos de 1970, 1980 e 1995/96, Censo agropecuário de 1975 e 1985, que nos possibilita a verificação das mudanças efetivadas.

O tratamento desses dados censitários se deu por meio da qualificação, partindo da separação dos dados agregados por recorte espacial (Triângulo Mineiro e Município de Uberlândia) e temporal (1965-1995), escolha das informações pertinentes ao espaço de estudos com as variáveis por gêneros alimentícios de subsistência e de soja: área de cultivo, produção e produtividade. Com isso teremos as variações históricas que indicam as relações entre essas culturas, permitindo o cálculo de taxas de crescimento, proporção de área cultivada e evolução por décadas. Também foi analisada a variável: número e área dos estabelecimentos produtivos por grupo, para análise da concentração fundiária no período de estudo. Os dados serão apresentados em forma de tabelas e gráficos.

Assim, os dados empíricos serão relacionados a crítica da economia política, evidenciando a relação desse espaço de estudos com a crise do capitalismo mundial, as contradições da relação centro-periferia, no movimento da totalidade à uma das partes do sistema produtor de mercadorias, revelando os resultados dessa modernização agrícola.

### **3. Crise: do centro à periferia**

Esse processo de modernização investigado dentro da perspectiva lógica e material da “[...] sociedade produtora de mercadorias [...]” (Mandel, 1985, p. 271), nos leva a compreender como se relaciona com a forma de sociabilidade, que permite a satisfação das necessidades humanas. O núcleo mínimo de socialização desta forma social é a mercadoria, que possui dupla determinação, valor de uso e valor de troca, indissociáveis e contraditórios. O primeiro, sensível, é capaz de satisfazer necessidades e é determinado pelo segundo, abstração e objetivo de toda produção, o valor, sendo um fetiche do outro. Esta contradição se desdobra em outras, como a contradição capital trabalho, interna à produção do valor, que leva este último à sua progressiva diminuição, instaurando como contradição em processo. Instauram-se assim as determinações da crise em sua produção e reprodução, tornando-se manifesta em múltiplas dimensões.

Aqui, para a modernização agrícola, a década de 1970 torna-se de grande importância, devido à revolução da microeletrônica que aumenta a composição orgânica do capital, processo que irá revolucionar o capital produtivo para o financeiro (Mandel, 1990; Kurz, 2014).

A valorização traz a necessidade, dada pela concorrência, de se investir no contínuo desenvolvimento das forças produtivas para aumentar as possibilidades de valorização do capital individual, mas, contraditoriamente, desvaloriza o capital social, o montante total de capital, pois



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

quanto maior a rentabilidade do trabalho menor valor produzido, isso foi desencadeado pela automação do processo produtivo, que dispensa o único elemento capaz de valorizar o valor, o trabalho vivo, capital variável.

A resultante histórica é a crítica diminuição da taxa de remuneração do capital, com aumento compensatório da massa de lucro pela expansão de seus investimentos (Marx, 1988; Mandel, 1990; Kurz, 2014). Nesta nova situação, a agroindústria põe-se como um dos ramos privilegiados de expansão da massa de investimentos. Isto força as unidades produtivas a produzir relativamente mais para que, mesmo com a taxa de lucro em queda, possa-se extrair valor a partir do aumento da massa de investimento. Com crescimento da taxa de mais valia, maior composição orgânica do capital, reduz-se a taxa de remuneração ou de lucro. A expansão massiva de investimentos será compensatória (Marx, 1988).

Houve duas formas históricas de compensação dessa crise, uma interna, com o Fordismo e Toyotismo, e outra externa, com a exportação de capitais do centro para a periferia, a segunda sendo o “[...] momento da reprodução fictícia, a partir dos anos 1970 [...]” (Pitta, 2016, p.164), que impediram o colapso total dessa forma social.

É nesse momento em que há a passagem do fetichismo da mercadoria para o fetichismo do capital, onde o último se apresenta sob as determinações negativas, crise de acumulação, sobreposição do preço sob o valor, precificação substitui a valorização. A dívida passa a ser condição e resultado. As *commodities*, busca de preço futuro, expressa a negatividade da valorização do presente, a impossibilidade da produção de valor, coloca-a no devir, que nunca há de se realizar, o fictício enquanto organizador da produção (Alfredo, 2025).

A análise da agricultura a partir da forma mercadoria e do desenvolvimento capitalista e sua crise de produção do valor revela as formas de busca de acumulação do capital e sua crise sob este espaço. Em escala nacional, essa dinâmica está interligada com a industrialização pesada, especialmente no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Com o intuito de levar adiante a industrialização, o governo de J. K., através do Plano de Metas, com planejamento realizado pela Comissão Mista Brasil-EUA e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – Comissão Econômica para a América Latina (BNDE-Cepal) (Rocha, 2025), induziu o processo, com importação de capital. Havia necessidade de se investir no Departamento I da indústria, a produção de bens de produção, cujo sucesso depende do Departamento II, a produção de bens de consumo, que por sua vez depende do mercado interno, praticamente inexistente naquele momento, demandando investimentos cujo retorno não se tinha garantido (Alves,



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

2002 e 2008). Foi preciso a constituição do Departamento I para que o país pudesse receber as indústrias estrangeiras, que estavam “inundadas com capital excedente, [como] as empresas norte-americanas [que] começaram a expatriar a produção em meados da década de 1960” (Harvey, 2011, p.21). Essas empresas de países que tiveram queda na produção e na demanda interna, como nos Estados Unidos em 1960, Japão 1965, e Alemanha Ocidental em 1966/1967, buscava a realização da mais-valia simultaneamente em diversos países (Mandel, 1990). As raízes dessa crise assentavam-se nas “dificuldades crescentes para o capital em compensar a elevação da composição orgânica do capital por uma alta contínua da taxa de mais-valia a partir dos anos 60” (Mandel, 1990, p. 27).

A visão desenvolvimentista cepalina colocou que a periferia precisaria superar a sua condição de ser, com etapas consecutivas a realizar, numa perspectiva linear da história. Sendo assim, seria necessário acelerar o tempo para alcançar o centro, o lema “50 anos em 5” é significativo nesse momento, visando extrair a periferia do “atraso”. Pois esta foi vista como sendo possuidora de um capitalismo anômalo, inacabado, com o centro representando o ponto de chegada, a média social a ser atingida. Fenomenicamente, os desdobramentos históricos do capitalismo mundial, apresentava, para a consciência social, como dicotomias, centro e periferia apartados, porém, sob a perspectiva crítica, temos que a média social de trabalho é mundial, a crise da periferia nada mais era que o negativo identitário da acumulação do centro, essa crise era a crise do capital mundial (Alfredo, 2025).

Essa crise na produção de valor a nível mundial, “[...] expressa, portanto, de modo sintético, o esgotamento da “onda longa expansiva” (que começou nos Estados Unidos em 1940, na Europa Ocidental e no Japão em 1948, e durou até o final dos anos 60) [...]” (Mandel, 1990, p. 13), cujo significado para os países centrais do capitalismo foi de “[...] aumento das dificuldades de acumulação interno, após 1965, assim como o questionamento da dominação econômica e monetária dos Estados Unidos [...]” (Brunhoff, 1998, p.49). Isso fez com que aqueles capitais que não conseguiam se reproduzir fossem investidos em espaços onde se poderia atingir a taxa média de lucro (Harvey, 2011), como os investimentos externos das multinacionais (Brunhoff, 1998). Contudo, este processo coincide com a terceira revolução industrial, que acirrou ainda mais a crise.

Para a industrialização brasileira havia a necessidade de financiamento interno e externo, pois a crise colocou o problema na balança comercial, sustentáculo desse modelo de desenvolvimento. A solução, para o financiamento externo, foi a utilização do capital excedente dos países centrais e a produção agroindustrial para financiar a importação.

O setor rural foi posto como protagonista, “[...] este processo, analisado em seu conjunto, levará ao desenvolvimento do complexo agroindustrial brasileiro, que se transformará no agente



determinador do setor agrícola” (Gonçalves Neto, 1997, p.38), fundamental para assegurar a continuidade das importações necessárias ao crescimento da indústria, ao desenvolvimento urbano, e ainda para a produção de matérias-primas, alimentos e ao mesmo tempo constituir-se em mercado para essas indústrias através do consumo de suas mercadorias,

[...] o setor agropecuário passa a representar a mola de salvação do modelo industrialista brasileiro. Para inserir o país na lógica do capitalismo mundial, os governos passaram a encarar as exportações dos produtos agrícolas como uma saída para continuar financiando a entrada de capital, ou para saldar compromissos com a dívida externa (Alves, 2000, p.48).

Com o estoque de terras agricultáveis do Centro-Sul do país se esgotando (Monbeig, 1984), a expansão foi orientada para ocupar as terras das regiões do Centro-Oeste e Norte, com o início de sua implementação no cerrado da região do Triângulo Mineiro.

#### **4. Modernização agrícola no Triângulo Mineiro: a busca de compensação da crise do centro**

A modernização agrícola nesse espaço, iniciada em meados da década de 1960, foi fomentada por políticas como a ACAR, Associação de Crédito e Assistência Rural, e o SNCR, Sistema Nacional do Crédito Rural<sup>5</sup>.

O SNCR tinha por objetivos financiar a produção agrícola, fomentar a formação de capital e modernizar a produção agrícola, seu público-alvo era, principalmente, pequenos e médios produtores (Ramos; Martha Junior, 2010), porém, os beneficiados não foram esses grupos, senão grandes proprietários fundiários. O orçamento fiscal da União passou a ser uma fonte oficial de recursos. Esse sistema também permitiu “[...] a criação de alternativas não inflacionárias de financiamento, via depósito à vista e inclusão dos bancos privados no sistema, e diversificou as fontes de financiamento, incluindo desde os recursos próprios dos agentes até as aplicações compulsórias sobre os depósitos captados” (Ramos; Martha Junior, 2010, p. 15). As fontes de recursos na prática foram: emissão de moeda, exigibilidades sobre os depósitos à vista e transferências de recursos do Orçamento do Tesouro. Como resultado, na década de 1970, houve incremento de 323% no volume do crédito rural (Ramos; Martha Junior, 2010).

O governo ampliou essas medidas com novos programas, tais como: para subsídio de insumos agrícolas, o Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Implementos Minerais

---

<sup>5</sup> O crédito rural foi institucionalizado no Brasil a partir do Penhor Agrícola (1885). Em 1937, houve a regulamentação do penhor rural e a cédula pignoratícia, crédito representativo de mercadorias depositadas em armazéns gerais e cooperativas, essa mesma Lei, nº 492/1937, deu condições para a efetivação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial - CREAL.



FUNEFÉRTIL (1966), depois substituído pelo Fundo Especial de Desenvolvimento Agrícola - FUNDAG (1968); para crédito rural, foi instituído o Programa de Crédito Integrado - PCI (1972), cujos recursos viam do Banco Central do Brasil e do Banco Mundial (Salim, 1986); para colonização de novas áreas: foi criado o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba - PADAP (1973), também houve investimento em pesquisa, a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa e Extensão Rural – EMBRAPA, fundada em 1974, e expansão da extensão rural, que antes fora assentada sob a Associação de Crédito e Assistência Rural, fundada em 1948, e para esse processo foi transformada, em 1974, em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER. Esses programas e empresas consolidaram o modelo de agricultura tecnificada na região.

O momento econômico mundial desse período exige uma breve regressão: entre 1880 e 1914, o padrão-ouro regulava o sistema monetário internacional, vinculando as moedas ao ouro e dependendo da coordenação entre bancos centrais e financistas para a interligação da circulação interna e externa. Esse modelo gerou tensões entre Estados: protecionismo econômico e disputas por ampliação de territórios econômicos, com isso, esse padrão não sobreviveu à Primeira Guerra Mundial. Em 1944, o dólar estadunidense tornou-se a base do sistema monetário internacional, estabelecido na conferência de Bretton Woods, com câmbio fixo lastreado em ouro<sup>6</sup>. O regime de câmbio ficou praticamente fixo. As contradições desse sistema, o dólar como padrão internacional e a restrição ao fluxo de capital, levaram ao seu fim em 1971, com a suspensão da convertibilidade de dólar em ouro, o que fez surgir uma desregulamentação das finanças levando à inflação (Brunhoff, 1998). O resultado foi:

A inflação como forma de crise de acumulação, na década de 1970, tornara-se intolerável para as finanças internacionais. Durante os anos 1970, a taxa de juros dos créditos, corrigidas no tocante à alta de preços eram negativas, em detrimento dos credores [...] (Brunhoff, 1998, p. 50).

A resposta foi uma forte elevação da taxa de juros o que modificou a forma de financiamentos internas e externas das economias nacionais, com o mercado financeiro impondo uma elevada rentabilidade financeira e arbitragens privadas sobre as políticas monetárias nacionais, isso vai culminar com a crise das dívidas da década de 1980. Além disso, a inflação amplificou a especulação, nos anos 1972/73, de “[...] todos os “valores-refúgio”, que são tanto mais apreciados quanto mais o papel-moeda se deprecia [...]” (Mandel, 1990, p. 29-30).

---

6 35 dólares equivalente a uma onça de ouro.



Esse movimento de desvalorização, associado à queda da taxa de lucro, inflação e instabilidade financeira, ampliou a crise de valorização do valor. Somou-se aos desdobramentos da Guerra do Yom Kippur (1973), quando os países exportadores de petróleo elevaram exponencialmente seus preços, visando garantir sua capacidade de importação. Como o petróleo é uma *commodity* estratégica, impacta diretamente nos custos produtivos globais, seu encarecimento generalizou a crise, atingindo diversas economias e dando a aparência de que a crise era com essa mercadoria.

A recessão generalizada, em 1973/74, foi agravada pela crise do capital produtivo, desencadeada pela terceira revolução industrial, que acirrou a contradição capital trabalho. O aumento da composição orgânica do capital, com diminuição de trabalho explorado e superprodução, aprofundou a queda tendencial da taxa de lucro (Mandel, 1982; Kurz, 2014),

[...] uma crise social do conjunto da sociedade burguesa, uma crise das relações de produção capitalista e de todas as relações sociais burguesas, que se imbrica com a diminuição durável do crescimento econômico capitalista, acentua e agrava os efeitos das flutuações conjunturais da economia, e recebe por sua vez novos estímulos dessas flutuações (Mandel, 1990, p. 13).

Na agricultura brasileira, uma das manifestações dessa crise foi a elevação dos preços dos fertilizantes, levando à queda de seu consumo. Assim, em 1974 surge o Programa Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), com implantação de indústrias de fertilizantes no Triângulo Mineiro, para a autossuficiência de produção. Em 1975 e 1976 o governo subsidiou em 40% os preços desses insumos (Gonçalves Neto, 1997), paralelamente, em 1975, ao esforço para estimular o uso de agrotóxicos com o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas (PNDA).

No Brasil o setor rural, posto como protagonista, levou ao desenvolvimento do complexo agroindustrial, fundamental para assegurar a continuidade das importações necessárias ao crescimento da indústria, ao desenvolvimento urbano, e ainda para a produção de matérias-primas, alimentos e, ao mesmo tempo, constituir-se em mercado para essas indústrias através do consumo de suas mercadorias. Portanto, a modernização agrícola foi uma necessidade de dar continuidade à modernização brasileira, “[...] expressão da crise de reprodução mundial do valor [...]” (Alfredo, 2013, p.101). Assim, busca-se uma agricultura que permite a realização da indústria, vinculada ao centro, o valor produzido no campo é extraído, em forma de renda da terra, pelos setores urbanos. É esse valor que permitirá o consumo de mercadorias industrializadas.

Para a consecução desse processo, a modernização agrícola, havia necessidade de desenvolvimento científico, essencial para a consolidação dessa forma de produção baseada na



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

precificação, pois de *commodities*. Essa tarefa de moldagem de culturas coube, em sua maioria, à EMBRAPA, que por meio de seu Centro de Pesquisa Agropecuária dos Cerrados (CPAC), realizou o mapeamento dos recursos, pesquisas do solo e clima, além de adaptação de plantas e desenvolvimento tecnológico. Em 1975, essa empresa, criou o Centro Nacional de Pesquisa da Soja, que se tornava o principal item da balança comercial brasileira. É necessário ressaltar que essa *commodity* está ligada à volatilidade do mercado mundial, “[...] sujeito às flutuações de preços dos mercados de futuros, permitindo que estes ocorram por meio de especulação financeira, o que pode tanto aumentar, quanto reduzir os rendimentos [...]” (Pitta, 2016, p.100), além da taxa de câmbio, que pode interferir nos lucros de forma direta (Delgado, 2012).

As *commodities* tornam-se fundamentais para a reprodução crítica do capital, momento em que a reprodução não consegue se realizar e aprofunda a crise de sua própria reprodução, elas são “[...] formas capitalistas de “transportar no tempo” as mercadorias [...]” (Delgado, 2012, p. 23), os títulos de propriedade de produção futura permitem a especulação, rolar dívidas, pagando títulos antigos com novos, e garantir a crescente produção material, mesmo sem a produção real de valor, com crescente endividamento. Os compromissos com as dívidas são respaldados em títulos hipotecários, interligando o mercado de crédito com o mercado fundiário (Delgado, 2012).

A importância das *commodities* é tamanha para esse momento que novos programas foram instituídos para a ampliação da produção, principalmente de soja. Em 1975, foi instituído o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – POLOCENTRO, orientado dentro da concepção de polos de desenvolvimento, abrangeu uma extensa área na região Centro-Oeste e oeste de Minas Gerais, o capital desse programa era proveniente do Banco do Brasil e Banco Central do Brasil (Decreto nº 75.320 de 29/01/1975).

Em 1979, foi criado o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – PRODECER, com enorme impacto na incorporação de terras. Fruto de acordo entre os Governos brasileiro e japonês, visava a integração de terras para a modernização agrícola, a primeira fase atingiu uma área de aproximadamente 60.000 ha em Minas Gerais. O capital tinha origem binacional, com coordenação da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO): 51% proveniente da Companhia Brasileira de Participação Agrícola (BASAGRO), uma holding com 44 acionistas sendo os principais: o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco Nacional de Crédito Cooperativo S/A (BNCC), Banco da América do Sul, Banco do Brasil, Banco Nacional, UNIBANCO, DESENBANCO, Banco da Amazônia; empresa estatais como a Companhia Vale do Rio Doce



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

(naquele momento ainda uma estatal), Companhia Brasileira de Armazenamento (CIABRAZEM), a Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), COBEC e empresas privadas, algumas produtoras de insumos e maquinária agrícola, entre elas: Cataguases Leopoldina, Cica Norte, Manah, Eucatex, Solorrigo, Minasa, Brahma, Nutrícia, Florestal Acesita, MADAL e Granja Resende. A outra parte do capital restante da CAMPO (49%) pertencia à Japan Brazil Agricultural Development Corporation (JADECO), holding japonesa cuja liderança estava com a Japan International Corporation Agency (JICA), com participação do Banco de Tóquio, Central de Cooperativas do Japão, Banco Nacional de Crédito Agrícola e Florestal e as empresas MITSUI, MITSUBISHI, TOSHIBA, MARUBENI, SUMITOMO, ISHIKAWAJIMA, YAKULT, KAWASAKI, KOMATSU, C. ITOSH etc. (Salim, 1986 e Cleps Junior, 1998).

As linhas de crédito desse programa eram semelhantes ao POLOCENTRO, diferiam onde o PRODECER “[...] oferecia também uma linha de crédito fundiário, com prazos de 20 anos e juros de 12% a.a. [...]” (Rocha, 2025, p.86).

Em 1982, houve o Programa de Financiamento de Equipamentos e Irrigação – PROFIR, com o objetivo de aumento de produtividade nas áreas do cerrado, visando o excedente para exportação.

A partir de 1986, empresas de capital internacional e de capitais locais do ramo de processamento de soja começam a se instalar em Uberlândia, sob financiamento do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI, cuja origem do capital era vasta, porém com destaques de capitais advindos do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG, e do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, instituição do Banco Mundial (Rocha, 2025). Essas empresas foram atraídas pela facilidade de escoamento proporcionado pela infraestrutura e proximidade com as unidades produtivas agrárias, completando o polo agroindustrial que se tornou o município de Uberlândia, polarizando a produção de estados vizinhos e empresas que atuam como *tradings* na venda de grãos.

Estes programas estatais dinamizaram e reconfiguraram o capital no campo, expandindo áreas de produção e produtividade de *commodities*, “[...] em torno do crédito rural, gravitaram as atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e um conjunto de ações ligadas a agroindustrialização das matérias primas do campo” (Ramos; Martha Junior, 2010, p.9). Simultaneamente, a mecanização liberou mão de obra, ampliando o exército industrial de reserva, possibilitando o aumento da taxa de mais-valia.



[...] uma das principais condições de êxito relativos a tais programas foram as grandes quantias despendidas a fundo perdido e que se destinavam tanto ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, na tentativa de gerar tecnologias agrícolas mais adequadas, quanto aos investimentos em infraestrutura básica para suporte às atividades produtivas propriamente ditas (Salim, 1986, p.309).

O crédito passou por modificação na década de 1980, pois findou-se a capacidade de endividamento do Estado brasileiro, com a crise de dívidas da América Latina, em 1983, o que o levou a declaração de moratória brasileira, em 1986. Assim, houve queda substancial no volume de financiamento ao setor agrícola brasileiro, “[...] o volume de crédito, que equivalia a 85% do PIB agropecuário no final da década de 1970, recuou para cerca de 29% no início da década de 1990 [...]” (Ramos; Martha Junior, 2010, p. 22). A tabela abaixo demonstra a queda da participação do Tesouro Nacional no financiamento rural.

**Tabela 1. Participação do Tesouro Nacional nos financiamentos de crédito rural**

| <b>Período</b> | <b>Porcentagem</b> |
|----------------|--------------------|
| 1980/85        | 87%                |
| 1985/90        | 40%                |
| 1990/95        | 15%                |
| 1995/00        | 1,5%               |

Fonte: Adaptado de Ramos; Martha Junior, 2010, p. 10

Em valores, esse crédito, em 1976, chegou próximo ao valor do PIB da agricultura 20 bilhões de dólares, já em 1980, esse indicador, crédito rural concedido, caiu para 20% do PIB do setor agrícola (Delgado, 2012).

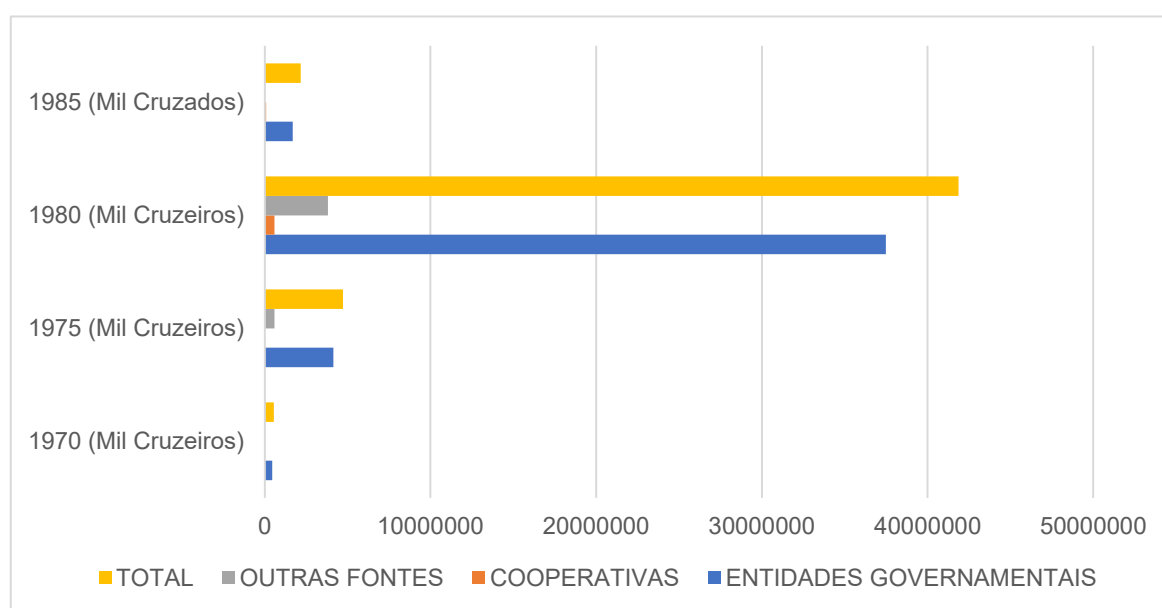
Como a necessidade de capital tende a crescer exponencialmente em relação à modernização agrícola, já que a mecanização eleva a capacidade produtiva, a mercadoria dinheiro passa a ser indispensável, aumentando a demanda por crédito (Delgado, 2012). Com esse esgotamento do crédito estatal, a rolagem da dívida externa brasileira teve que ser transformada, com

[...] criação de novos mecanismos de circulação de capital a juros, por parte dos países centrais, credores dessas dívidas. Tais mecanismos [...] permitiram exponencial ampliação da circulação de dinheiro, o que criou um processo de precificação de títulos, possibilitando assim novas rodadas de capital a crédito, que voltou a ser emprestado para o Brasil, já no início dos anos 1990 [...] (Pitta, 2016, p. 102).



Em 1994, foi instituído a CPR, Cédula do Produto Rural, título de promessa de entrega futura de produtos da agropecuária, mercados de negociação de títulos de dívidas e um processo de securitização<sup>7</sup> que permitem o financiamento, pois a taxa de inadimplência do setor rural era crescente, 22,9 % em julho de 1994, 38,8% em dezembro de 1995, e em setembro de 1997, era de 54,7% (Ramos; Martha Junior, 2010).

**Gráfico 1 – Minas Gerias - Fontes de Financiamentos da Agropecuária (1970-1985)**



Fonte: Rocha, 2025, p.78.

O gráfico evidencia a transição das fontes de financiamento do setor rural de Minas Gerais, reforça o movimento descrito pela crítica da economia política, da crescente dependência de crédito e a ampliação do poder estatal na sustentação da reprodução agrícola. Temos o predomínio dos recursos do Tesouro Nacional durante a década de 1970, coerente com o ciclo de modernização sob indução do Estado e com o esforço de compensação da crise de valorização. Essa predominância começa a se reduzir na primeira metade dos anos 1980, sinalizando o esgotamento fiscal do Estado Brasileiro, já as vésperas da crise da dívida externa. A inflexão captada pelo gráfico indica que o capital fictício, via endividamento, títulos e mecanismos financeiros, inicia sua predominância sobre o financiamento produtivo, que se tornará característica central da década de 1990.

<sup>7</sup> Primeira etapa instituída pela Lei nº9138 de 29 de novembro de 1995, a segunda instituída pela Resolução CMN/Bacen nº 2471 de 26 de fevereiro de 1998.



Esse processo destaca a presença de capital a juros e capital fictício na agricultura, “[...] ações bancárias-estatais configura um crescente domínio financeiro e estatal (no caso brasileiro), regulando as condições de produção e formação da renda no setor agrícola [...]” (Delgado, 2012, p. 29)<sup>8</sup>, trata-se, portanto, do capital financeiro buscando, na associação entre grande propriedade fundiária e o capital agroindustrial, o lucro e a renda da terra.

No entanto, dado o desenvolvimento das forças produtivas no campo, que ao elevar a composição orgânica do capital acentua a queda tendencial da taxa de lucro, a produção de valor diminui, a solvência de dívidas ficam comprometidas, obrigando os produtores a recorrer à venda de títulos futuros que permite que haja a antecipação de receitas para sustentar a atividade, assim a essa nova forma de financiamento, reforçando ainda mais a presença de capital fictício.

## 5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O resultado foi um modelo dependente de financiamento contínuo, acirrando desigualdades sociais e revelando contrastes com a presença de uma agricultura altamente mecanizada ao lado da “[...] “agricultura da enxada”, com uso de técnicas primitivas e de baixa produtividade [...]” (Pessôa, 1982, p.58). Houve socialização dos riscos e privatização dos lucros, com transferência dos custos a toda a sociedade e colocando esta região sob a volatilidade do mercado internacional de *commodities*. Isso nos leva ao questionamento da viabilidade dessas políticas e busca por compensações que, ao promover a continuidade dessa forma social, aprofunda a crise do capitalismo contemporâneo ancorada no capital fictício.

### Gráfico 2 - Minas Gerais: Número de Tratores e Máquinas (1970-1985)

---

<sup>8</sup> O volume de crédito de 1970 até 1999 foram nas seguintes cifras em milhões (valores constantes em reais, atualizados pelo Índice médio anual do IGP-DI): de 1970 a 1970, R\$829.862, de 1980 a 1989, R\$840.813, de 1990 a 1999, R\$303.179 (Ramos; Martha Junior, 2010).

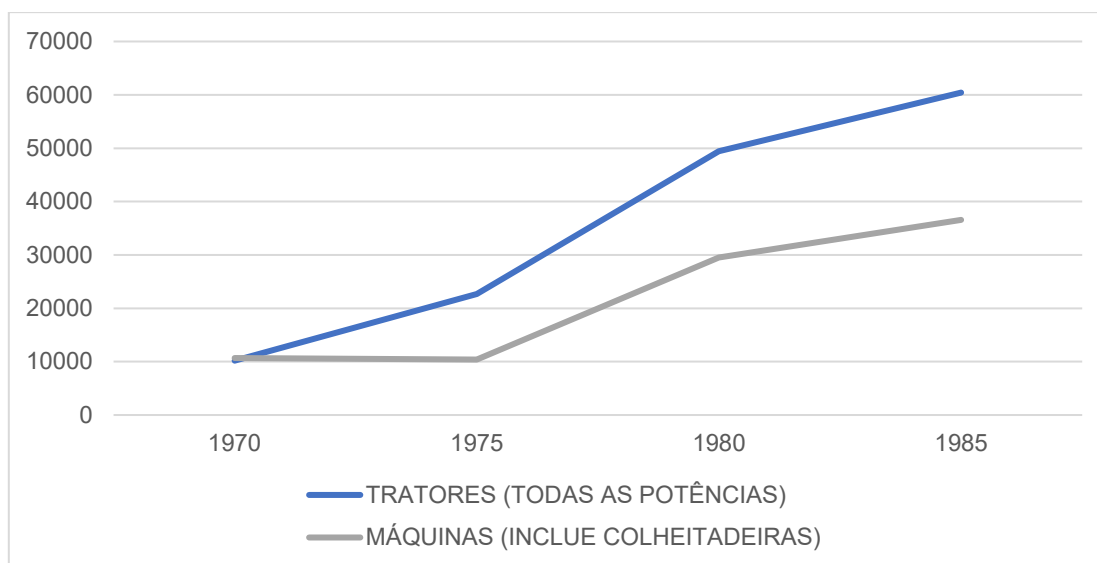


# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS



Fonte: Rocha, 2025, p. 76.

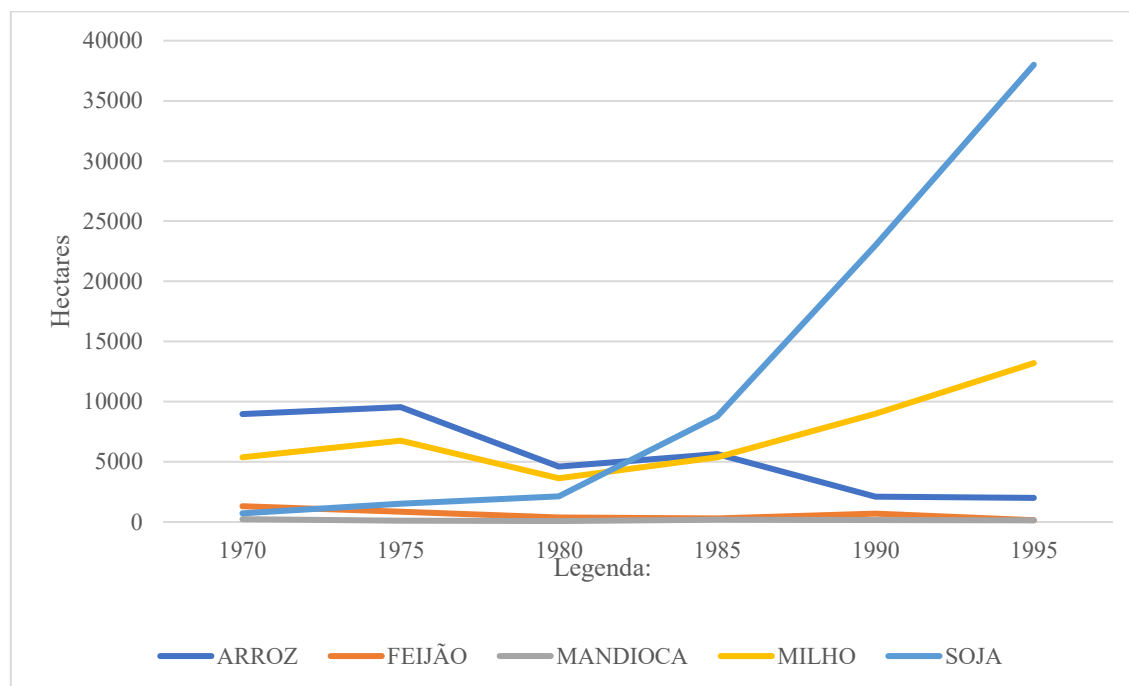
No gráfico 2 podemos entender que o contínuo aumento no número de tratores e máquinas entre 1970 e 1985 é uma mecanização acelerada, o que eleva a composição orgânica do capital no campo. O gráfico confirma empiricamente que a modernização agrícola não pode ser explicada apenas pela eficiência técnica, deve ser compreendida como resposta às pressões da concorrência e às transformações estruturais do capitalismo após a terceira revolução industrial. A utilização de insumos físicos intensifica a expulsão de mão de obra, causando o êxodo rural, e ao mesmo tempo aumenta a necessidade de crédito, pois essas máquinas representam o capital constante de alto custo. O dinamismo técnico da agroindústria não eliminou a crise, a deslocou para a demanda por financiamento crescente, conectando diretamente o setor ao avanço do capital fictício.

Os impactos desses programas consolidam-se a partir de 1990, expressos em alguns indicadores que destacam a expansão da produção de soja na região. Em Uberlândia, a área plantada passou de 23 mil hectares, em 1990, para 59 mil em 2022, a produção passou de 29.972 toneladas para 240.720 toneladas no mesmo período. O Triângulo Mineiro teve um crescimento ainda mais explosivo, em 1990, havia 346.370 mil hectares de área plantada, em 2022 saltou para 1.002.659 milhão. A produção evoluiu de 644.663 toneladas, para 3.849.034 toneladas (IBGE, 2025).

Essa produtividade foi possível graças a implantação, durante o processo de modernização, de infraestrutura na região, com transformação da rede de transportes, de energia e de comunicações. Esses equipamentos permitem a elevação do preço da terra, assim, a sua especulação, podendo ser comercializadas no mercado financeiro.



**Gráfico 3 - Uberlândia: área plantada de lavouras temporárias (1970-1995)**



Fonte: Rocha, 2025, p.124.

No gráfico 3 temos os elementos que comprovam as profundas alterações na estrutura produtiva de Uberlândia dentro desse processo de modernização agrícola. A expansão da área de produção de soja indica a mudança de um padrão de produção diversificada, voltada ao abastecimento alimentar, para um modelo orientado para *commodities*, soja e milho. Os dados de 1980 indicam a consolidação e eficácia dos programas estatais tais como o POLOCENTRO e o PRODECER na configuração territorial. A elevação da área plantada indica incorporação de novas terras para a agricultura, também um movimento de concentração fundiária, a intensificação das monoculturas expõe os produtores à volatilidade de preços futuros. O gráfico ilustra a passagem de uma agricultura de base produtiva para uma agricultura financeirizada.

Há mudança na configuração fundiária com eliminação do sistema de parcerias, meação e agregados, disseminando o trabalho assalariado, com impactos significativos na urbanização, efeito do êxodo rural.

**Tabela 2. Uberlândia: diminuição da população rural**

| Ano  | Urbana | Rural  | Total  | Percentagem da pop. rural |
|------|--------|--------|--------|---------------------------|
| 1940 | 22.123 | 20.056 | 42.179 | 47,5%                     |
| 1950 | 35.799 | 19.185 | 54.984 | 34,9%                     |
| 1960 | 71.717 | 16.565 | 88.282 | 18,8%                     |



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

|      |         |        |         |       |
|------|---------|--------|---------|-------|
| 1970 | 111.480 | 13.226 | 124.706 | 10,6% |
| 1980 | 231.583 | 9.384  | 240.967 | 3,9%  |
| 1991 | 358.165 | 8.896  | 367.061 | 2,42% |

Fonte: adaptado de Rocha, 2025.

A tabela 2, indica e confirma a hipótese do artigo, a mecanização agrícola, orientada pela mudança técnica, aumento da composição orgânica do capital, intensificou substituição do trabalho vivo por maquinaria, expulsando força de trabalho do campo em ritmo acelerado e contribuindo com a contradição em processo, a continua diminuição do valor das mercadorias, elemento central da crise. A incorporação de máquinas, financiadas por crédito subsidiado e depois por mecanismos financeiros, reduziu a necessidade de trabalhadores e aumentou a necessidade de capital, aumentando as escalas da propriedade fundiária e restringindo o acesso à terra. Os dados do gráfico indicam que houve um descolamento enorme que não se converteu em uma industrialização equivalente. O Município de Uberlândia tornou-se um polo agroindustrial, um centro logístico e comercial, com as atividades voltadas a atender às necessidades dessa modernização. Houve um aprofundamento da assimetria entre campo e cidade, o movimento foi para atender as necessidades de acumulação ampliada do capital e aos mecanismos de compensação nos países centrais.

Em relação à questão fundiária, o Senso de 1980 indica o surgimento de 2 estabelecimentos com áreas somadas maiores que 20.000 alqueires, ao mesmo tempo uma diminuição da área média dos pequenos e aumento do número de proprietários de estabelecimentos médios e pequenos (Rocha, 2025).

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização agrícola do Triângulo Mineiro expressa a crise do capitalismo, a crise conceitual interna da forma mercadoria, que, na década de 1960, aparece como crise de superprodução, insuficiência de valorização nos países centrais. Diante da impossibilidade de se manter taxas satisfatórias de reprodução no centro, buscou, via oferta de crédito, nesse espaço de estudos ao setor rural, sua reprodução ampliada, assim, uma mundialização financeira apoiada no agronegócio e na expansão da produção de *commodities*. Com isso, a produção agrícola passa a se realizar sobre bases crescentemente fictícias, assentada na dívida e na financeirização.

Essa modernização do campo, não logrou o desenvolvimento regional, mas buscou na renda da terra, uma forma, ilusória, de compensação da redução da taxa de lucro. Foi um mecanismo de busca de superação da crise que industrializou a agricultura, ampliou o crédito e acelerou a transição



da valorização baseada no trabalho para a reprodução fictícia do capital. Fenômeno historicamente materializado neste espaço de estudos através de projetos estatais, a partir de 1965 e mais acelerado a partir da década de 1970, momento de acirramento da crise com a terceira revolução industrial. Assim, essa expansão agroindustrial se pauta enquanto negatividade simultânea da crise do valor, ilusoriamente buscando superá-la, porém na prática a reproduz.

A análise empírica demonstrou que houve impactos espaciais significativos com concentração fundiária, expansão da produção voltada às exportações, precarização do trabalho agrícola, êxodo rural e substituição da produção de alimentos por *commodities*. A crescente dependência da mercadoria dinheiro, expressa no crédito, que se torna na década de 1990 em securitização, demonstra a reprodução crítica do capital no campo, então um revolucionamento da forma produtiva, que em crise de produção consubstanciado pelo trabalho, atinge o momento de reprodução crítica pautada não mais no trabalho, mas em títulos, dívidas e precificação futura.

O processo de modernização agrícola do Triângulo Mineiro e no município de Uberlândia, confirma que a expansão agroindustrial não representou um movimento de desenvolvimento regional, antes como um momento negativo de se pôr do processo de modernização mundial, que subordinou esse espaço periférico, ampliando nele suas contradições e às dinâmicas fictícias da acumulação contemporânea.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, A. **Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2013.

ALFREDO, A. Geografia e simultaneidade: a contradição centro-periferia e a crítica na periferia do capitalismo. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Org.). **Uma Geografia na periferia do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2025. p.19-34.

ALVES, V. E. L.; **Formação territorial sul piauiense**: modernização agropecuária e resistência camponesa. Orientadora: Profa. Dra. Iraci Gomes de Vasconcelos Palheta. 2000. 240 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ALVES, V. E. L.; **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses**: Formação territorial no império do agronegócio. Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann. 2006. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

BRUNHOFF, S. A instabilidade financeira internacional. In: CHESNAIS, F. (org.) **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo: Xamã, 1998. p. 35-59.

CLEPS JUNIOR, J. **Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no cerrado: o caso do triângulo mineiro**. Orientador: Profa. Dra. Vera Mariza Henriques de Miranda Costa. 1998. 291f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 1998.

DELGADO, G. C. **Do “capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**. Política Agrícola e Modernização econômica brasileira 1960-1980. 1.ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

HARVEY, D. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. (2025). **Tabela 1612: Área plantada, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras temporárias**. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1612#resultado>. Acesso em 04/05/2025.

KURZ, R. **Dinheiro sem valor: Linhas gerais para uma transformação da crítica da economia política**. 1.ed. Lisboa: Antígona, 2014.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1982

MANDEL, E. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. 1.ed. São Paulo: Ensaio, 1990.

MARX, K. **O Capital**, livro III. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

PESSÔA, V. L. S. **Características da modernização da agricultura e do desenvolvimento rural em Uberlândia**. Orientador: Prof. Dr. Miguel César Sanches. 1982. 175 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1982.

PITTA, F. T. **As transformações na reprodução fictícia do capital na agroindústria canavieira paulista: do Proálcool à crise de 2008**. Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo. 2016. 420 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

RAMOS, S. Y.; MARTHA JUNIOR, G. B. **Evolução da política de crédito rural brasileira**. Planaltina – DF: Embrapa Cerrados, 2010.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

ROCHA, A. C. **Estratégias do Capital no cerrado**: reestruturação agrícola no Triângulo Mineiro. Orientador: Dr. João Cleps Junior. 2025. 148 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Geociências e Saúde Coletiva, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2025.

SALIM, C.A. **As políticas econômica e tecnológica para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no brasil: avaliação e perspectivas**. Caderno de Ciência & Tecnologia. Brasília, DF, vol. 03, n.2 p.297-342, maio/ago. 1986.